
CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL – CTOS/CIF

Local: Hotel Golden Tulip Porto, Vitória, Vitória - ES.

Dia: 15 e 16 de maio de 2019

Pauta

(a) Apresentação dos presentes, leitura da pauta, aprovação das atas da 33ª e 34ª reuniões da CTOS;

(b) Programa de Auxílio Financeiro Emergencial:

- Status do Programa;
- Situação dos pescadores de Patrimônio de Lagoa, Sooretama;
- Resposta à demanda do Centro Rosa Fortini de concessão de AFE a atingidos de Santa Cruz e Rio Doce;
- Respostas da Fundação Renova aos encaminhamentos efetuados na 34ª RO.

(c) Programa de Indenização Mediada:

- Apresentação pela Renova sobre o status do PIM;
- Status do Projeto Pescador de Fato;
- Respostas da Fundação Renova aos encaminhamentos efetuados na 34ª RO.

(d) Programa de Proteção Social:

- Retorno da Fundação Renova sobre a situação da implementação da Deliberação CIF nº 278/2019;
- Cronograma das ações de proteção social para execução dos planos estaduais e municipais;
- Respostas da Fundação Renova aos encaminhamentos efetuados na 34ª RO.

(e) Programa de Cadastro Integrado:

- Retorno da Fundação Renova sobre a situação da implementação da Deliberação CIF nº 277/2019;
 - Alinhamento da atuação do GT da CTOS no monitoramento da reformulação do programa;
 - Retorno da Fundação Renova sobre a situação da implementação da Deliberação CIF nº 234/2019;
 - Respostas da Fundação Renova aos encaminhamentos efetuados na 34ª RO.
-

A Fundação Renova iniciou a sua fala informando a saída da Sra. Ana De Godoy Weisz, e entrada do Sr. Ronaldo Moisés, no **Programa de Auxílio Financeiro Emergencial**; o Sr. André Machado continua. O Sr. Ronaldo destacou alguns pontos importantes: (1) 6 novos auxílios foram feitos; (2) mais de 12 mil atingidos atendidos; (3) início da Campanha 3; (4) inclusão de 700 novos auxílios financeiros no mês maio. Sr. Ronaldo, da FR, informou que cada caso precisa ser verificado separadamente, e tem que estar dentro dos limites e critérios do TTAC, e o Sr. Luiz apresentou o número de casos tratados e em tratamento no AFE. O representante do Ministério Público Federal, Procurador da República, questionou a horizontalidade dos direitos fundamentais das pessoas atingidas, porque formalmente existem regras na estrutura da Renova. Acrescentou que os atingidos precisam de respostas e, se a Renova não está atendendo as pessoas da forma correta, precisa encontrar outros meios de fazê-lo. Questionou como essa resposta tem sido dada sobre o programa e como é tratado tecnicamente. A Renova respondeu que políticas estão sendo desenhadas e em andamento, que neste mês entraram vários titulares. A Campanha 3 iniciou em 27 de abril de 2019, e os pagamentos já estão sendo feitos, inclusive os retroativos de Naque. A representante dos municípios do Espírito Santo ressaltou que, no Relatório de Monitoramento Mensal enviado pela Renova, o RMM, constam alguns dados que precisam ser esclarecidos: o número de auxílios é por cadastro, ou pode ter mais de um auxílio por cadastro? São por família ou por pessoa? Quantos cadastros foram atendidos com auxílio? Acredita ser um dado importante, e que pode ser complementado.

A Renova respondeu que o cadastro é feito por núcleo familiar, mas o pagamento do AFE é feito por pessoa. O TTAC estabelece que têm o direito ao AFE todas as pessoas que declararam perda de renda, mesmo estando em um mesmo núcleo familiar. A CTOS solicita que, no RMM, as informações sejam padronizadas, para melhor entendimento dos

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

membros. A Renova esclareceu que fará um pedido ao líder do programa de Cadastro, para se estabelecer um modelo para compreender uma lógica de monitoramento. Os atingidos informaram que, na prática, mesmo o pescador e a esposa sendo reconhecidos, apenas um está recebendo o auxílio. A CTOS lembrou que, em relação aos dependentes, eles não estão sendo monitorados na contagem no relatório neste momento, mas estão contemplados e têm o direito de receber o AFE. Lembrou que está se tratando neste relatório os atingidos que sofreram danos por perda de renda diretamente, e os valores que já foram pagos no total, mas que, no relatório do Programa de Proteção Social, os dados devem estar registrados. O representante do MAPA sugeriu inserir uma nota explicativa no relatório, para deixar mais esclarecido.

ENCAMINHAMENTO: nos dados apresentados em relação ao AFE, que traga o universo de pessoas potencialmente elegíveis, completando os dados de pessoas.

A Renova lembrou que dentro do Mapa de Vulnerabilidade há o perfil da composição e características e perfil do núcleo familiar, para estes casos de vulnerabilidade. A representante da Comissão de Naque questionou o caso das 1.600 pessoas cadastradas que ainda não foram chamadas e que não receberam nenhuma informação. Não teve nenhuma reunião, ainda não foi passada essa informação. Quando pede transparência, é para informar a todos, e a Renova não entrou em contato com a população. Há mais de 2 meses, a Renova recebeu manifestação de Naque a respeito, e ainda não se resolveu nada, e há necessidade de se indenizarem todas as pessoas que esperam há mais de um ano, com os valores de R\$11.200,00. E que a população não foi avisada de que, conforme dito durante a reunião, o pagamento seria feito até o final de junho. A Renova ressaltou que os dados estão presentes no relatório mensal, (RMM), e não constam separadamente os casos de Naque, mas o universo de todos os auxílios pagos e que serão pagos é que será cumprido até junho, como já informado para a CTOS, e o contato ainda está sendo realizado. Manteve-se então o prazo de junho para o cumprimento, e solicitou-se que os atingidos de Naque aguardem e que, se não forem atendidos, enviem os dados das pessoas e a demanda pelo fluxo da coordenação, por e-mail direto ao coordenador da CTOS. O coordenador acrescentou que a Câmara não tem condições de verificar os nomes, pediu esse apoio às comissões locais, que estão dentro das comunidades. O representante da Comissão de Atingidos de Naque questionou o critério para acesso ao AFE, e o porquê de a Renova negar o pagamento do retroativo. Lembrou que a equipe de Diálogo da Renova já falou que não tem mais o que fazer para ajudar um senhor de 96 anos, que anda mais de 1 km para buscar água. E porque se nega a atender 1 pessoa, enquanto há 6 na mesma condição que já foram atendidas. O coordenador da CTOS ressaltou aos atingidos que este fórum da reunião ordinária da câmara não é o local para trazer casos particulares, em razão do fato de a reunião ser pública e essas informações pessoais serem expostas sem autorização, e explicou ao Procurador da República que, para a formalização dessas solicitações, a CTOS estabeleceu com a Renova um fluxo de envio de correspondência eletrônica, já informado há duas reuniões anteriores, no âmbito da disposição do regimento interno das câmaras técnicas, onde se diz que estas podem estabelecer seus próprios procedimentos. As demandas deverão ser enviadas por e-mail diretamente à Coordenação, e não ao Secretariado, e então serão encaminhadas à Renova, que tem 15 ou 30 dias para responder, conforme a quantidade de pessoas mencionadas no documento. Acrescentou que, sempre que houver uma questão não atendida, ela deve ser avisada à câmara, para que se discuta de quem foi a falha, e como poderá ser resolvida. Explicou também que tem-se, neste fórum, o objetivo de análise dos escopos dos programas, bem como seu monitoramento. A Comissão de Atingidos de Naque informou que a Renova já está com a lista dos nomes das pessoas, porque o envio foi feito por e-mail pela câmara, e ele foi copiado. Questionou o porquê de a resposta da Renova, para esses casos, ter sido uma negativa ao AFE. O coordenador ressaltou, após esta afirmativa, que a queixa mudou: antes foi falado que não houve resposta, e agora que receberam a resposta, e que está foi negativa. Pediu ao grupo de Naque que esclarecesse o ponto. Lembrou também que existem na Renova dois tipos de encaminhamentos: os que são feitos diretamente via Canais de relacionamento, e os que são feitos via CT, durante as reuniões ordinárias. Questionou se a dúvida era para que o fluxo criado poderia ser aprimorado dentro da CTOS. A representante do MAPA ressaltou que todos precisam de ter uma devolutiva, e que a Renova precisa aprimorar o sistema, e que as acessórias técnicas devem pedir tudo por escrito, para ajudar no pedido de demanda dos atingidos. A Renova deve aprimorar o sistema, comunicação, diálogo. A Renova informou que há um esforço interno para aprimorar o fluxo de recebimento e atendimento destas solicitações, e estão sendo feitas de maneira individual; que está sempre sendo registrado, e lembrou que o atingido tem o direito de pedir essa documentação da devolutiva.

ENCAMINHAMENTO: tentar resgatar se existe a devolutiva, no prazo de 15

dias a partir de hoje. Quanto ao assunto das 1.600 pessoas não elegíveis ao Cadastro – e não ao AFE, conforme corroborado no registro da ata da 34ª reunião, e que já está sendo tratado. O representante da Comissão dos Atingidos de Santa Cruz do Escalvado se preocupou com a fala da questão do menor dependente, que não está sendo contabilizado, indagando por qual motivo isso estava ocorrendo, salientando ainda que é preciso ir ao território para ver como a realidade funciona por lá. Acrescentou que a câmara tem o poder de decisão, e precisa mudar o discurso, porque o sistema novo de Governança está beneficiando a Fundação Renova. Disse que a Ramboll vai a campo e faz análise junto aos atingidos, apenas o MP está indo saber a realidade do atingidos onde muitos não estão sendo reconhecidos. Os produtores rurais estão passando fome, e os órgãos que representam e compõem a câmara têm que se dedicar mais. A Renova está fazendo discurso de vítima, e isso deve ser encaminhado ao CIF. Relatou também um crime: que, na

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

barragem de Candonga, foram construídos 3 barramentos, e isso impediu a piracema dos peixes. É preciso, afirma, levar a mensagem, para mostrar o sofrimento das pessoas, que perderam a sua história e sua renda. Foi feito todo o trabalho, mostrando os dados, e este estudo não é reconhecido, principalmente quando se esbarra na enorme burocracia criada. A representante de Linhares ressaltou, quanto à questão dos dependentes, que eles estão sendo considerados, e serão auxiliados, e acrescentou que o papel da câmara é diferente, e não se trata de demandas individuais para não extrapolar os limites dos órgãos representados. Sugeriu que os estudos e outras tratativas já prontas sejam trazidos à CT, para auxiliar na atividade de monitoramento, para cobrar e rever os escopos dos programas. A Representante do Ministério Público pela Ramboll lembrou que a questão dita sobre as mulheres está correta, mas que o programa AFE deve conversar diretamente com o Programa de Cadastro, para alinhamento das informações. O Procurador da República presente pediu uma auditoria sobre os fatos levantados. A E&Y afirmou que está sendo feito a auditoria para este novo ciclo do Cadastro (Fase 2). O coordenador respondeu ao representante da Comissão dos Atingidos de Santa Cruz do Escalvado que concorda que todo o processo está lento e burocrático, e que o TAC-Gov veio justamente para dar a capilaridade e um melhor entendimento do que está acontecendo nas comunidades e que é preciso melhor alinhamento, para que se possa cobrar da Renova melhores respostas. Fez uma proposta para as comissões que vão atrás dos dados e relatórios para trazer para a CT. Todas estão à disposição na função de acessar ao CIF. O representante da Colônia de Pescadores disse que o valor que recebe é para pagar multa do IBAMA, e que a lei funciona para os atingidos e pescadores, que estão sendo presos. O Procurador da República lembrou que é preciso ver o drama dos atingidos, porque são pessoas muito humildes, que precisam de respostas; o setor público deve ter um pouco mais de paciência, e não pode se sentir incomodado com as críticas. A luta que todos têm, ele também passa, como representante público. Acrescentou que a contratação do Fundo Brasil precisa ser feita com a máxima urgência, e que não são negociações fáceis. O ideal seria que todas as comunidades tivessem a assessoria técnica, assim, as demandas e conversas seriam tratadas de forma mais adequada. **ENCAMINHAMENTO: atingidos encaminharão para a CT todos os estudos que já têm, para a CT apurá-los.**

Manifestação dos pescadores de patrimônio de Lagoa: o representante do Ministério Público pela Ramboll: Informou que foi feita uma reunião no dia 30 de abril com a comunidade de Patrimônio da Lagoa sobre indenização, com ampla discussão. Houve uma relutância dos pescadores em aceitar pois, ao final do processo, tiveram receio desta discussão inicial se perder. Foi um pedido dos pescadores, porque o atendimento emergencial foi feito na época da Samarco, com cadastro pela mesma e, até hoje, há enorme dificuldade no processo final da indenização. Acrescentou que foi oficiada a Renova, solicitou o relatório, e que está correndo o prazo de 30 dias desde o dia 07, e está esperando a resposta. A Fundação pediu um prazo de 30 dias por ser uma questão de premissa, para poder reavaliar o material que se tem e a devolutiva será dada no prazo correto. Lembrou que a proposta foi a seguinte: o auxílio para os pescadores da Lagoa foi na época da Samarco, era distribuído de forma emergencial e atualmente existem cerca de 15 pescadores que não receberam na época. Mas, como os outros receberam, entende que eles não deveriam ter recebido, pois não se enquadram nas características do TTAC, e entende que não cabe o AFE essa decisão. A Renova lembrou que na localidade a pesca não foi proibida, mas que foi buscada uma negociação. O representante do MP pela Ramboll questionou outro ponto: a dificuldade de compatibilizar o dano; os prejuízos estão associados ao Rio Doce, não se está discutindo o processo. O Procurador da República destacou a Cl. 20 do TTAC (leitura da cláusula). A informação é de que a verba foi passada para o prefeito distribuir. O ponto que deve ser considerado é o Princípio da boa-fé objetiva. Se foi uma situação a partir da má-fé do atingido, deve manejar as questões judiciais, e que Renova deveria observar isso. A mesma respondeu que foi justamente o princípio da boa-fé objetiva que levou à Renova propor o que será enviado. **ENCAMINHAMENTO: Renova enviará para a coordenação da CTOS o ofício. Relatório para a coordenação da CTOS.** O representante de Naque lembrou o caso de outros atingidos que não estão tendo direito reconhecido, os areeiros. Disse que não estão sendo atendidos. A Renova respondeu que o programa pode responder é que os critérios de ingresso e concessão dos benefícios são os colocados pelo TTAC. Acrescentou que a Campanha 3 engloba o cadastro de janeiro a dezembro de 2018 e os atendimentos começaram em abril de 2019 e irão até dezembro de 2019. Ressaltou que todos os casos serão atendidos, dentro do cronograma apresentado. O Procurador da República informou que muitos desses casos já são do conhecimento da Renova, que acordos foram feitos com a comunidade e geradas expectativas, como o lago de Candonga, utilizado como lazer. Com isso, muitas atividades e ações ficaram a perdidas, e o lago foi deixado de lado.

A representante da E&Y sugeriu que a CTOS faça critérios de elegibilidade. A auditoria segue um parâmetro. Hoje, quando se faz isso, utiliza o que a Fundação colocou como estipulado. O Coordenador da câmara informou que na parte fechada da reunião esse ponto foi levantado. A representante do Ministério Público pela Ramboll salientou que o impacto pode ser direto ou indireto, mas o atingido é um só, e que não existe uma pessoa impactada diretamente ou indiretamente. A Renova leu novamente o TTAC onde há a cláusula definindo o conceito de atingido direto ou indireto. E se posicionou que o Programa de Auxílio Financeiro respeita as Cláusulas nº137 e nº138 e os critérios do TTAC.

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

O representante da Comissão dos Atingidos de Santa Cruz do Escalvado lembrou da condição em que se encontram os areeiros e questionou por que alguns recebem e outros não, dentro de um mesmo ponto de areia; e como que pode o quiosque, que gerava renda, turismo e lazer, acabou; solicitou uma explicação para isso; que a assessoria também abraçasse a causa; pediu o apoio que se pede das autoridades governamentais; a revisão do TTAC e TAC; e sugere que quem deve determinar quem é atingido ou não não é a Renova; que mais precisa se fazer é abrir um processo de danos morais contra a Renova; que há uma desigualdade e um desentendimento. Ressaltou também que enviará à câmara todos os estudos feitos no território. A CTOS fez uma fala em relação ao posicionamento da E&Y, que ano passado a CT fez uma análise do AFE, e emitiu uma Nota Técnica sobre o escopo do programa, que foi respondida pela Renova, mas precisa saber como será tratado este escopo na questão da elegibilidade. A câmara não discute se há impactados diretos ou indiretos, e sim quem foi atingido e acrescentou o recorrente pedido de entrada para o programa AFE pelos atingidos. O representante da DPU/ES lembrou também que muito foi falado sobre a agricultura, e que a CTOS deve debater sobre essa política, que está relacionada tanto a MG quanto ao ES. **Foi sugerido item para próxima pauta: Solicitar à Renova a matriz para o auxílio emergencial ao agricultor. Porque é preciso qualificar a discussão sobre o papel da câmara com relação ao tema da agricultura e pecuária. O Procurador da República propõe ENCAMINHAMENTO: Foram apresentadas listas de quem seriam as pessoas que pleiteiam o AFE desse tema e que seja dado um prazo sobre os atendimentos às respostas que foram dadas a esses casos e o que está sendo feito. O coordenador da CTOS propõe um ENCAMINHAMENTO: ficou pendente uma resposta do ofício da Rosa Fortini sobre o Cadastro. Incluir isso na pauta do cadastro. ENCAMINHAMENTO: Reenviar ao CIF resposta ao que foi feito da Deliberação que acatou a NT nº25. Proposta do representante da DPU/ES: ENCAMINHAMENTO: Renova deve entregar à CTOS a situação da avaliação do Cadastro para os agricultores e pecuaristas, devendo incluir na sua resposta a metodologia utilizada para mensuração dos danos e os juízos de valor que é feito para a concessão ou não do AFE e da indenização. Prazo: 30 dias.** Proposta do Procurador da República, ENCAMINHAMENTO: que seja dado um prazo para o atendimento às respostas para as pessoas que pleiteiam o AFE e o que está sendo feito.

O representante dos atingidos de Santa Cruz do Escalvado lembrou sobre o PASEA, a Renova está entrando nas propriedades e delimitando as áreas de APP (Áreas de Proteção Permanente). A representante do MAPA sugeriu levar esse pleito para a CT-EI e CT-FLOR. A Renova lembrou que boa parte da solicitação do Ministério Público será atendida na ordem de priorização que já foi apresentado no cronograma da Campanha 3 e se não houver os prazos todos serão alterados. Coordenador sugere outro encaminhamento: **ENCAMINHAMENTO: Renova dê resposta à lista da Rosa Fortini, sem alterar cronogramas e critérios de priorização. Especificar em qual campanha de cadastro se encontra, e informar se seguirá o cronograma de cadastro ou os critérios de priorização. Prazo: 30 dias a partir do recebimento da lista.** O Procurador da República questionou que quando foram apresentadas as listas dos povos tradicionais e a Renova foi à reunião, falou que não iria atender nessa forma de lista. A mesma se posicionou dizendo que não está se tratando de listas e sim de quem precisa de uma resposta. **Item Respostas aos encaminhamentos:** questionamento sobre a falta no relatório da justificativa das manifestações do SGS e o que está sendo feito. Uma funcionária da Renova apresentou o status dessa manifestação e acrescentou que o encaminhamento foi apenas o de incluir no cadastro as informações do AFE e PIM, e a planilha com os dados foi encaminhada. A câmara solicitou a inclusão dos municípios. A Renova respondeu que incluiu uma coluna com o número de titulares que recebem AFE. A Governança esclareceu sobre o E34-13: sobre a revisão dos programas pela Fundação. CIF emitiu a Deliberação nº 267 que faz referência à cl. 213 do TTAC. A deliberação pede o status atual dos programas, proposta de metodologia, cronograma de execução dessa metodologia. Lembrou que está em discussão a proposta, e pediu a dilação de 30 dias para envio a metodologia, devido à complexidade. **Item Revisão escopo dos Programas:** a metodologia que deve ser adotada é no mínimo a aprovação do escopo. A CTOS explicou que este tema entrará na discussão dos grupos técnicos, na mesma linha do GT que foi cogitado para discutir exclusivamente o cadastro. Porém, foi definido pela CT que é melhor formar GTs permanentes, para discutir os programas. **Item Resposta sobre a reunião com os atingidos no território: A Renova explicou que foram aproximadamente 30 pessoas das comissões, além de várias áreas de sua equipe; com 26 itens de pauta; outros foram acrescentados durante a reunião e esclarecidos; um ponto positivo foi que saiu encaminhamento de novas reuniões sobre os temas; o Programa do AFE tratou dos prazos do pagamento dos 1.627 atingidos e estabeleceu o prazo de junho de 2019, e o mês de agosto o pagamento do mesmo grupo, que são agentes públicos ou que contêm agentes públicos na família e as tratativas foram sobre a data de pagamento.** A representante dos atingidos de São Mateus contou como está a situação em termos de reconhecimento: não existem políticas para atender a população na região.

A CTOS comentou sobre o AFE para o Pescador de Fato, e a Renova respondeu que não foi pautado, e por isso não levou nenhuma atualização sobre o tema. Voltando ao tema da Campanha 3 do Cadastro, a Renova explicou que, quando se inicia uma campanha, se iniciam simultaneamente em todos os escritórios e as prioridades são: atingidos de extrema vulnerabilidade, pescadores profissionais; cadastro com laudos; comércio. Como o cronograma se estende até agosto, todos serão atendidos. O representante da DPU/ES: propõe uma reunião em São Mateus, para informe de como está

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

sendo tratado o assunto da Campanha 3 e pescador de fato, para passar tudo para a comunidade. A Renova lembrou que uso da palavra espontâneo pelo atingido, e que no texto do RMM fala que o atingido pode fazer acordo. E que o atingido que precisa, por espontaneidade, ir até os escritórios da Renova. A CTOS pediu para acrescentar a informação e o ajuste no texto do RMM sobre isso. **ENCAMINHAMENTO: incluir informativo e comentário e informações no RMM sobre a espontaneidade da procura à Renova.** A CTOS ressaltou a importância de se organizar para que todas as pautas sejam finalizadas. Esse é um momento fundamental. Os atingidos criticam não terem mais tempo de fala. **ENCAMINHAMENTO: Compromisso da coordenação: procedimentalizar as reuniões, para atendimento e cumprimento de toda a pauta.**

Item (c) Pescador de fato: Os números foram atualizados; em Linhares, se cumpriu o processo no dia 3 de maio; Povoação ainda está em atendimento, faltando apenas Conselheiro Pena. A Renova explicou que é muito difícil passar o cronograma exato das cidades que serão atendidas a posteriori. Está na fase de contratação de empresas para aprovação do projeto e finalização de todo o cronograma. Prazo final de junho para que os 3 pilotos sejam finalizados. Em setembro, se inicia as oitavas comunitárias, e outubro os atendimentos. Foi explicada a metodologia do Projeto Piloto Pescador de Fato ao Procurador da República. A representante dos atingidos de Naque lembrou que a Renova falou que o pescador amador seria incluído e que de uma hora para outra fica sabendo que não será mais, e como há revezamento na participação nas reuniões da pesca, nada fica definido. Ainda não existe uma matriz para os pescadores. E os atingidos questionaram se isso vai trazer discórdia dentro do território. A Representante do Ministério Público pela Ramboll pontuou que existe o risco do Pescador de fato não atender às comunidades tradicionais e o programa está gerando vários conflitos sobre as declarações feitas pelos atingidos. A Renova respondeu que para isso foi criado o projeto piloto, para ser aperfeiçoado. O representante do MAPA relatou que supostos pescadores estão sendo analisados pela Polícia Federal. O 3º representante do MAPA fez um breve histórico, dizendo que tanto a pesca profissional artesanal, industrial e amadora está muito bem caracterizada na Lei da Pesca. O registro do pescador artesanal vem sofrendo problemas desde 2012, e piorou desde quando foi extinto o ministério da pesca. Foi aí que começou a colapsar o RGP do pescador artesanal e que a pesca voltou para o MAPA. Acrescentou que espera que fique pronto pelo menos durante os próximos 4 anos. Todos os problemas vivenciados estão sendo corrigidos. Identificou-se o problema da carteirinha, mas ainda assim o reconhecimento da atividade deve ser garantido. Existe uma ação pública que se pode ter acesso aos benefícios previdenciários sem mesmo ter a carteirinha. Está trabalhando em um sistema, com maior segurança e interação de dados. Ressaltou que os mapas de bordo estão sendo digitalizados, e já se tem todo um cronograma desenhado. **ENCAMINHAMENTO: Renova trará um detalhamento do projeto piloto do pescador de fato, com cronograma, ferramentas, instrumentos na reunião da CTOS no mês de julho.**

Segundo dia de reunião iniciou-se com o Item do Cronograma das ações do Programa de Proteção Social: A representante da Renova relatou que a deliberação estabelece prazos, e em 30 dias a Renova tem que enviar o escopo do programa, e dia 23 de maio acaba o prazo e será enviado ao CIF. Já se iniciaram as tratativas para a auditoria do programa. É muito importante a aprovação até que a auditoria ajuste se tudo está no rumo certo. Ontem se falou na importância do escopo e dos indicadores, para se ter uma referência. Acrescentou que deu andamento às tratativas de reunir com as 2 secretarias de estado, e enviou no mês passado o cronograma de implementação das ações, onde os estados fizeram uma implementação no programa e pactuaram a agenda de assinaturas e construção dos planos de trabalho. Está no processo de cronograma de visitas nos municípios e construção dos planos de trabalho para repasse dos recursos. Em Mariana e Barra Longa, está mais adiantado: foi feito um mesmo modelo dos planos de trabalho. Todas as ações previstas nos planos estão no escopo dos planos de trabalho. Tem-se um desafio, que é o enfrentamento da pobreza, tema que está sendo tratado de forma diferenciada. O que tem consenso avança, e o que tem divergência senta nas mesas e se conversa até se chegar a um consenso. Hoje está avançando nos Planos de Trabalho de Proteção Social. Está em agenda para visita em outros municípios. Ressaltou a importância de conversar com outros programas, secretarias de outras CT's, para ver sobre outros pontos de vista. Houve grandes avanços em relação ao escopo no PPS, Programa de Proteção Social, e procura-se uma interface com outros programas para compreender a prioridade de grupos vulneráveis para os atendimentos, utilizando listas para priorizar atendimentos. Isso repercute no território no ponto de vista de oferecer a proteção social. Avançou também em trabalhar a lógica de como será construída a interface com demais programas. Na questão toda, tem que enfrentar os prazos, e eles não dependem simplesmente da Fundação. Cita o exemplo do programa de atendimento à família, prerrogativa estatal, quando se chega com os recursos nas comunidades, é mais do que justo que a Fundação assuma isso. O processo depende da capacidade dos municípios e do estado. A agenda depende do processo que começa a desencadear nos estados e municípios, das assinaturas dos planos de trabalho nesses municípios. Portanto, o cronograma revisado pode ser encaminhado. Já foi feita uma atualização. Procurou entender o impacto no município através de um mapa, e as ações mitigatórias para reduzir o impacto. São dois cronogramas: um de ações para implantação e o outro de visita aos municípios para assinar os planos de trabalho. Lembrou que esse processo depende de datas e agendas dos municípios, e o cronograma é ajustado conforme as datas dos municípios. O 3º Representante do Ministério Público pela Ramboll ressaltou que se fala da lógica do impacto, e

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

não da necessidade, é importante registrar que o vínculo com o impacto tem fragilidade. A lógica vem um pouco do cadastro, da Cláusula nº20 para avaliação do impacto. É preciso ter em mente que a base que tem sido usada para direcionar o impacto é dinâmica. Se considera isso, a lógica dos planos de reparação deve estar baseada em alguma fragilidade. O “Paif” e PAEFI verão situações de fragilidade dentro das comunidades. Por isso, a necessidade de colocar recursos humanos para ir nessas comunidades. Na hora que vai mensurar, não é algo fácil, e esse é o primeiro projeto e existe um novo escopo que será levado ao CIF. Houve o impacto e precisa suplementar o município para que ele desenvolva um plano de longo prazo. A CTOS relatou que é preciso receber toda a documentação para ser analisada, fazer uma articulação e ver como isso se dará dentro do PPS. Foi realizada uma reunião no ES para discutir tudo isso, porque precisa ser replicado no mesmo âmbito nos dois estados. A questão dos veículos foi discutida, se seria incluído ou não o recurso humano (motorista). A Renova não entende que se deva incluir o motorista. A Renova respondeu que a estratégia que foi acordada não depende do município. Depende da capacidade de se chegar em um consenso mínimo para começar a se conversar. Pelo menos, começar com o que se tem e está sendo proposto, e ter uma previsão de quando se pode rever. Parte mais para a lógica da clareza e limite institucionais. A representante da SETADES lembrou que a questão do motorista ficou na CTOS, surpreende não estar no escopo. A questão do prazo também ficou acordada, que seriam de 3 anos, e que o município de Linhares ainda não recebeu, e para MG está previsto 2 anos. A questão dos insumos está sendo negociada, e se os municípios devem fazer toda a demanda dos materiais, vai demorar muito. Foi falado que a Renova locasse os equipamentos e adquirisse os equipamentos ou insumos. Em relação aos CREAS regionais: a Renova fez uma contraproposta àquela que havia sido sugerida, e isso terá que ser revisto e voltar a se discutir. Uma solicitação dos municípios do ES era que os Planos municipais fossem acompanhados pelo governo do estado, e a CTOS validasse esses planos municipais. Com relação ao envio do escopo ao CIF, indagou-se se antes da aprovação pelo CIF iria voltar para a CT dar uma analisada, principalmente para adequar algumas questões. A Renova respondeu, em relação aos 2 anos, que quando se pega o escopo, está escrito que a data foi consensuada.

Outra questão: quanto ao projeto de enfrentamento à pobreza, foi deixado muito claro que as ações não estavam no orçamento do programa. A CTOS questionou a questão do termo, adequação aos planos de trabalho, e quando os termos serão encaminhados para os municípios. A Renova respondeu que Linhares já optou pelo repasse direto. Recebeu a proposta do plano de trabalho e ela está sob avaliação, para ser feito em conjunto, mas ainda não receberam esses termos. Precisam mostrar o que está sendo pactuado, e as informações têm que ser repassadas aos municípios. A Renova respondeu que primeiro precisa construir o plano, para depois construir os termos jurídicos. Com certeza, ele será enviado aos municípios. Acrescentou que mandou um termo de parceria que envolve o repasse de recursos, e entende-se deve ser construído com os municípios, e já tem um cronograma de visita dos municípios, mas eles precisam de um tempo para o município analisar. Uma posposta dos estados procurarem o Ministério do Desenvolvimento Social, Tribunal de Contas e Procuradoria Geral para apoiar nessa construção. **ENCAMINHAMENTO: entregar o cronograma atualizado das macro para discussão do plano de trabalho dos municípios para os estados Enviar os pareceres do MPF com cópia para a coordenação.**

A representante do município de Linhares indicou que, nos planos de trabalho, o movimento que foi feito em todos os municípios, foi o de levar a proposta; quando foi devolvido à CTOS, o ES fez uma movimentação, e os municípios do ES ficaram indignados com alguns elementos que apareceram nos planos municipais, que não foram pactuados, e foram dados como validados. Reforçou que os planos apresentados pela Renova não tiveram o aval dos municípios. Eles ficaram surpresos, pois, ao comparar os documentos, eles estavam diferentes do que receberam anteriormente. A partir dessa experiência, Linhares já se posicionou a respeito do Plano: será solicitado que seja assinado com Renova e Município. A parte técnica do PT só aceitará ele adicionado ao termo se terá a assinatura do representante de Linhares e de um representante da Renova. Essa proposta foi apresentada para os outros municípios, mas Linhares já disse que só aceitará cópia do PT se tiver as assinaturas, e pactuado. Ficará registrado que não aceitará mais, colocando as discordâncias, e adotará essa estratégia. E que documento e plano, para a Renova, é o que foi validado. A Renova ressaltou que ficou parecendo que as tratativas são fechadas e acordadas, e depois a Renova muda tudo, e não é a realidade. E lembrou da Sra. Renata, do Ministério do Desenvolvimento Social, da assessoria da CTOS, que disse na época que colocasse no plano de reparação tudo que o município havia pleiteado ou se manifestado, mais a parte que a Fundação estava propondo. Houve várias discussões depois disso, mas a Renova sempre deixou claro que compreendia o que era necessário para começar a trabalhar nos municípios. O plano de trabalho é um instrumento que é utilizado para o repasse de recurso, e não assinamos tecnicamente, e quem assina plano de trabalho e instrumento jurídico é quem tem a representatividade da Fundação. As negociações, do ponto de vista do que está sendo consensuado, elas irão se dar no tempo em que se tiver a capacidade de compreender que o que está sendo proposto aqui é para iniciar o trabalho, e como se pode ajustar nos termos questões que vão garantir que lá na frente, a medida que se materialize a necessidade, como se pode avançar. Ressaltou que se mantiver a proposta aqui colocada, de que tudo feito em cada município e estado teria que voltar para a câmara, para análise, a Renova quer deixar registrado que para ela esse tempo tem que ser construído junto à CTOS, que não poderá, no futuro, emitir uma nota técnica dizendo que houve um descumprimento

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

de um prazo. Se tiver que fechar todos os itens até o final, o prazo precisa estar alinhado. Se há um pedido de realização das ações em termos imediatos, e que para a execução dessas ações é necessário que os documentos sejam trocados de mãos, concorde-se ou discorde-se, devidamente assinados, esse tempo precisa ser acordado. O coordenador da CTOS explicou que os termos devem ser enviados para a CT, a fim de se possibilitar o monitoramento. A CTOS continuou a falar do enfrentamento à pobreza, assinalando que, no ano passado, havia ficado acordado que se faria uma reunião ampla com todos os programas, e a devolutiva seria dada à CT e aos estados. Ao que parece, não houve essa devolutiva. A Renova lembrou que foi enviada há um tempo, mas que a reenviaria; assinalou que as tratativas estão caminhando, e estão sendo feitas as intervenções com os estados. E pediu para aguardar a realização dos encontros, para se remeter à CT. A CTOS relatou que, quanto à questão das manifestações no RMM, está muito bom, e se consegue ter uma dimensão de que está dando vazão. A dúvida é, a fim de monitoramento, as manifestações são o total do mês ou até o momento? Gostaria que mostrasse a partir do próximo mês, que fossem colocadas as manifestações de forma cumulativa. Sobre o E- 34.6, que trata do ofício de vulnerabilidade de Naque, a Governança irá receber a lista novamente hoje, a ser enviada pela secretaria da câmara técnica. A CTOS quis deixar informado que o dever de casa foi feito. A título de informe: a planilha de monitoramento, que se pensou inicialmente, foi feita a revisão final do mês de abril. Foram definidos os pontos que serão observados, sendo que as informações adicionais irão para o RMM. Pede aos membros que leiam e vejam se está correto. O representante do município vai fazer o monitoramento mais in loco, e trará os pontos de atenção para o fórum da CT. O coordenador informou que, em relação aos pontos, é preciso remeter uma NT ao CIF, e os membros responderam que foi acordado que, até o dia 30, remeteria ao CIF. Até agora não houve manifestações. O Coordenador da CTOS informou também que, reunindo a documentação e com a ata da última reunião já aprovada, irá emitir uma NT recomendando notificação. A representante de municípios de Linhares/ES fará essa NT. A Renova retomou o tema relacionado à Indenização dos pescadores de Patrimônio da Lagoa após o intervalo do almoço. Foram passados aos atingidos os encaminhamentos tratados no primeiro dia; fizeram questão da presença e do uso da palavra. Explicou para os pescadores que a pauta de hoje é bem específica, e deve ser tratada. A Defensoria está fazendo a defesa dos pescadores de patrimônio. O coordenador explicou que a discussão não seria retomada, mas que seria exposta segundo a visão dos atingidos. O representante da Colônia de Pesca de Linhares e da comunidade de Patrimônio da Lagoa/Sooretama relatou que foram impactados pela barragem do Rio Pequeno, que não tem mais peixe. Está acompanhando a CTOS e está pedindo o apoio aos membros, por que a Fundação apresentou uma proposta que retiraria o cartão emergencial. A representante de municípios de Linhares/ES lembrou que ficou pactuado, na última CTOS, que o estudo do impacto daquela região estaria em fases finais, e ficou acordado que esse estudo seria encaminhado para a CTOS junto com uma proposta do que foi identificado. É um estudo muito importante, e precisa dos resultados para poder pensar as estratégias diante das demandas colocadas pela comunidade. A Renova respondeu que o estudo já foi concluído e um documento informativo foi elaborado para ser levado ao Conselho Curador, documento esse em que será relatado todo o cenário, ainda nesta semana. O 3º representante do MAPA relatou que se reuniu com a Renova, Superintendência de MG e Espírito Santo, e o tema tratado foi a emissão das declarações dos registros de pescadores que não são mais válidos ou estão vencidos. Estabeleceu uma sistemática para atualização e para pagamento da categoria de pescador. A Renova vai passar para reconhecer a validade das carteirinhas. Reconhecer que ele teria registro válido no período. Foi acordado a renovação, com cópia para a coordenação da CT. Para mostrar que a pessoa teve um registro de pescador em determinado momento. O 4º representante do MAPA lembrou que ninguém mais do que os pescadores têm sofrido pelo cadastro do pescador artesanal. Desde 2015, quando foi suspensa a emissão das carteirinhas, e o fim do Ministério da pesca gerou vários problemas, principalmente para a pesca artesanal. Foram 5 transições sucessivas. Sempre que se iniciava alguma tratativa, era interrompida, pois mudavam os servidores e os responsáveis pelos órgãos. No final do ano passado, foi assinado um contrato com uma empresa para reformular o cadastro do pescador artesanal para voltar a ter a emissão das carteirinhas e a atualização dos cadastros. Mesmo diante da ineficiência nesse cadastro, para que os pescadores não tivessem o direito suspenso, foram publicadas as portarias, dando direito de exercer a atividade apenas com o protocolo. Diante disso, muitos processos se perderam, pois não eram digitais, mas agora estão sendo digitalizados e se tornando eletrônicos. Posteriormente, será iniciado o recadastramento em outro sistema, e em parceria com as entidades representativas de classe, pois não é possível estar presente em todas as localidades dos pescadores. Com isso, está-se tentando facilitar a vida do pescador. A nova sistemática será feita de uma nova forma. Esse é o recado, sabe-se que tudo tem demorado, mas nos próximos momentos a sistemática irá funcionar. Afirmou que os atingidos podem contar com a superintendência federal, e que ela está de portas abertas para recebê-los. Pergunta atingido: existe problema em Linhares, com protocolos de 2012 até 2015, e hoje a FR tem quase 150 documentos a que os pescadores não tiveram acesso. Tem registros de quase 800 pessoas, e cerca de 300 não foram atendidas pois dizem que são falsos. Já foram enviados para a Renova e CTOS. 3º representante do MAPA respondeu que essa foi uma das pautas da reunião de hoje. Verificou o cronograma de digitalização. A Renova fará o mapeamento da lista para ver se cruza com a informação que está sendo digitalizada agora. **Item Programa de Cadastro Integrado.** A Renova iniciou a sua fala com a informação de que apresentará uma resposta formal ao CIF, mas será em termos da necessidade do

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

término da plataforma que quer se utilizar na Fase 2 do programa. Será uma resposta enxuta, discutida em conjunto. O sistema será uma plataforma genérica, que vai permitir conformar, de acordo com as restrições de cada local e com construções ainda por vir. Está sendo desenvolvida uma funcionalidade no contexto do TAC-Gov. Poderá colher as informações de uma forma estruturada, com as diferentes realidades. Já foi cobrado um documento que detalhe isso. Como ainda é genérico, ainda não há um fluxograma; o que se tem é o que se conhece e já foi apresentado. Não teria a questão de elegibilidade na fase inicial do cadastro, e todos seriam escutados. A ideia é que no GT se possa alinhar e construir juntos da forma como for julgada pertinente. O coordenador falou a respeito dessa discussão da deliberação e, além da questão dos prazos, foram aprovadas diversas questões conceituais que a CTOS terá que analisar. Ideia era criar o fluxo de trabalho para acelerar e formalizar o trabalho, e que não fique esperando as reuniões. São questões técnicas e que podem tornar as discussões mais eficientes. Fica informado que o Grupo de Trabalho de cadastro é essencial. A Renova pontuou que não iria apresentar uma resposta, porque será discutido um alinhamento ponto a ponto, e será formalizado aquilo que for consenso. O entendimento da FR ainda está por falta de alinhamento entre as partes. As respostas serão formalizadas. O coordenador falou que já existe uma deliberação, que deve ser cumprida. Independentemente disso, vale a pena o acompanhamento. A Renova concordou. A CTOS precisaria do modelo conceitual para entender de onde se está partindo, e é fundamental para iniciar um diálogo. Acredita que, por mais que se dialogue para considerar os trabalhos do GT que vai se formar, precisa desse documento. O 3º Representante do Ministério Público pela Ramboll concordou que deve haver um alinhamento, mas que a Renova precisa aproveitar para desenhar essa nova metodologia e novo processo, ao mesmo tempo que reestruturou o PG01, pois isso tem acontecido, se avança em algumas discussões e o escopo do programa não acompanha isso. A materialização deve estar no escopo do programa. Existem várias situações que o escopo não está à disposição dos acompanhamentos. Deve discutir qual é o grande objetivo do cadastro. Todo o planejamento se pauta no cadastro. O cadastro não está refletindo certamente a vulnerabilidade. Fez-se a releitura do TTAC, e disse-se que o problema é criar uma inelegibilidade prévia. Embora haja pontos que devam ser acordados, que possam resgatar a essência, o que ele se propõe que é justamente encaminhar os atingidos para o atendimento dos programas. A Renova ressaltou que o instrumento formulário, para essa finalidade de mapeamento social mais amplo, é limitado. E se pensou em concatenar questões de território, do governo, devendo ter uma integração com outros programas, com foco no atingido e em uma construção conjunta. Propôs marcar uma data para reunir, sentar e analisar as críticas. Trazer ponto a ponto a questão da NT-22. Entender o que foi atendido e o que não foi. A CTOS lembrou que a FR fez um cronograma para atendimento da cadeia produtiva, o grupo de compradores, estivadores, etc.... Ficou de ser contratada uma empresa para auxiliar, e até hoje não se tem uma devolutiva. Queria a resposta, o tempo está passando. **ENCAMINHAMENTO: incluir na próxima pauta a questão do Brás.** O representante da Comissão dos Atingidos de Santa Cruz do Escalvado disse que esse cadastro foi questionado, e preocupa se todos serão cadastrados nesta nova Fase. Gostaria que a assessoria tivesse acesso aos cadastros, para saber o andamento para entender o universo. A Renova respondeu que a assessoria tem acesso, mas esta questionou que o mesmo é falho.

A renova respondeu que fará um treinamento. Representante da Comissão dos Atingidos de Santa Cruz do Escalvado informou que a reclamação é que as pessoas vão ao escritório do Rosa Fortini e não conseguem ver nada no sistema, e fica parecendo que a Renova está travando os acessos. Não acha justo a pessoa não ter o acesso a como está o andamento do seu cadastro. A Renova respondeu que está à disposição para ir presencialmente, fazer um alinhamento e colher os casos e corrigir os problemas. A CTOS explicou que a FR e Assessoria Técnica farão um encontro para ver qual é a demanda e pensar as estratégias, apresentando na próxima CTOS os resultados, levando-se em consideração a Deliberação nº105. O representante do MP de Mariana lembrou o caso de Barra Longa, e colocou a questão da demora do acesso à assessoria técnica. Sugeriu construir o projeto que seria o novo cadastro, mas sem esquecer do direito do cidadão ao auxílio individual. De todo modo, é preciso que haja mecanismos de questões individuais. Quando se pensa em cadastro, é preciso que se construa coletivamente mas que os atingidos participem. O coordenador da CTOS frisou que qualquer hipótese de um novo cadastro deve ser feita pela Renova, e a CT deve analisar e verificar se atende ao que deve ser o escopo do programa. Deve ser feito pela Renova. O representante dos atingidos de Santa Cruz do Escalvado sugere que as assessorias elaborem o cadastro, e o Procurador da República presente afirmou que existem críticas ao cadastro, e apresentará os documentos com essas críticas, por uma perita. O que é importante entender é que a assessoria não pode desvirtuar com a sua função. O 3º Representante do Ministério Público pela Ramboll disse, aproveitando a fala do Procurador da República: a situação do cadastro tem sido mais objetivamente trabalhada, e se chegou agora a essa deliberação, que é o fruto da qualificação da análise. A ideia de criar um GT para essa discussão precisa respeitar algumas questões: existe um diálogo interno, que precisa avaliar como será a participação dos membros. Dentro dos papéis e responsabilidades, a Ramboll não assume a execução técnica, ela cabe à Renova. Cabe orientar e apoiar para que a Renova desenhe o processo, mas concorda que deveria ser feito um processo de maior participação. O coordenador disse que, se não for criado o GT, será discutida a Fase 2 no âmbito da CT, e tudo que for falado no GT tem que ser aprovado na CT. A NT nº32 foi enviada à Renova e era esperada uma manifestação ponto a ponto, para a CT indicar

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

alguma coisa. Como a resposta não veio, foi enviada diretamente para o CIF a NT. Os membros opinam que a criação do Grupo de Trabalho seria para se discutir todos os programas em seu detalhamento com a participação ocasional da Renova. O coordenador lembrou que os prazos estão estabelecidos na Deliberação nº277 e, se houver descumprimento, haverá notificação, e assim por diante. Representante de município de Linhares/ES sugeriu os seguintes encaminhamentos: 1 - solicitar à Renova a devolutiva em relação à NT-32; 2 - GT não é para discussão técnica apenas da câmara. A proposta do GT era de se organizar internamente a CT, cada um com um assunto específico. Analisar tecnicamente as demandas técnicas apresentadas pela Renova. Pode ser chamado entre reuniões para analisar assuntos, e agilizar as discussões dentro da CT. Diante da proposta do GT, acha que não cabe mais discutir isso. Se não cumprir com a NT, partirá para as notificações. A ideia é caminhar na linha do PPS. A Renova sugeriu apresentar formalmente ponto a ponto para o GT, convidar à Renova para avançar com o tema. **ENCAMINHAMENTO: Apresentar a resposta no prazo de 30 dias (adequações presentes na NT-32). O encaminhamento é atender à NT. A CTOS se manifestará ao CIF caso a NT não seja atendida.**

Item Deliberação nº 234. A Renova informou que a resposta está sendo elaborada, e já executou o processo de cadastramento; as evidências estão sendo reunidas. Resumindo: está em tratativas. A CTOS reiterou que a FR não tem cumprido com nenhum prazo das deliberações. Diante desse caso, deve ser tomada uma medida, pois está tudo atrasado. Precisa-se mostrar o que está avançando ou não, para, quando a resposta vier, vir com o detalhamento da metodologia do que está sendo feito, e como está sendo feito. A CT vai ficando numa situação em que nada vem dentro do prazo. Deve-se ficar mais atento à questão dos prazos. A Renova acatou o encaminhamento de apresentar da forma como foi pedida antes da questão da notificação. **O coordenador abriu para a votação, sobre se haverá a elaboração de NT para notificação à Renova, informando o descumprimento, e aprovada por unanimidade.** Colocar os órgãos na ata: MP Ramboll, MAPA Governo do ES, Município do ES, Ministério da Cidadania, MAPA, Município de Mariana. **ENCAMINHAMENTO: apresentar formalmente dos itens da deliberação, relação nominal por nome e CPF.** A CTOS ressaltou inconsistências nos números tirados do sistema e no relatados no documento RMM. A Renova explicou que muitos atendentes abriam e fechavam uma mesma manifestação no mesmo dia. *Havia duplicidades por mais de 5 vezes.* Em relação ao anexo, enviará o anexo com essa nova informação. O anexo tem os 54 mil solicitantes, e os 28 mil solicitantes de cadastro emergencial, com o status das solicitações, os grupos de atividades. Em tese, em 5 dias estará entregue o que foi pedido. A representante de municípios de Linhares/ES pontuou, em relação à planilha: em relação ao município impactado, ainda está o município de contato, e ficou uma quantidade diferente, pois estava com a parte vazia; acesso às informações relativas ao cadastro nos territórios; os municípios do ES continuam sem acesso ao SGS; que a relação seria entregue a cada município. A representante do MAPA se preocupa com a divulgação de nome e CPF de atingido. Houve um caso de uma agricultora que recebeu muito dinheiro. Deve ter o cuidado de repassar o nome e CPF, pessoas guardam dinheiro em casa, o que as deixa desprotegidas. O Procurador da República afirmou que discorda, porque atingidos recebem a verba através de contas bancárias, e o MP toma cuidado com essa segurança. A CTOS lembrou da questão da atuação dos municípios, e que toda a decisão foi tomada com os dois estados juntos. Em razão da ausência do Estado de MG, delibera tratar disso na próxima reunião. A Renova informou que dará uma devolutiva para a representante de municípios de Linhares/ES. São poucas unidades das famílias em cada um dos municípios, e que, via de regra, 98% de casos dos municípios do TTAC e os 2% restantes estão sendo tratados com atenção. Esse caso específico não será possível entregar nos 5 dias. Sobre a questão da inconsistência do cadastro do Centro Rosa Fortini, a Governança respondeu que as respostas estão sendo feitas caso a caso, via ofícios. A CTOS retomou o assunto da falta de informação, salientando que muitas pessoas no território procuram pela assistência social, solicitando esclarecimentos de dúvidas sobre sua situação na Renova. O objetivo é auxiliar os atingidos, para as equipes de territórios terem acesso para auxiliar na assistência social. O que é colocado é que não quer saber do formulário dos atingidos, mas que as equipes tenham condições de atender aos atingidos. **A CTOS elaborará uma NT do não cumprimento da Deliberação N°234. Verificar a questão da próxima reunião constar em pauta o uso da tabela para subsidiar os municípios e estabelecer as regras e como isso vai se dar, como tudo será encaminhado.** Prazo de 15 dias a partir do reenvio. **ENCAMINHAMENTO: Se no prazo de 15 dias não for respondido, emitir uma NT para ser levada ao CIF como descumprimento.** A Renova respondeu às questões colocadas pelos representantes de Naque.

O prazo para apresentação dos estudos da Lagoa será entregue no dia 30 de maio. A representante da Comissão de atingidos de Naque relatou que, além da lista já ter sido entregue à CT e à Fundação Renova, ainda houve um comprometimento da funcionária do Jurídico da Fundação, que disse que entraria em contato, para passar as devolutivas. Acrescentou que, para os atingidos, é muito ruim vir e não ter respostas, não ser ouvido, não poder sentar à mesa. É difícil vir à uma reunião e ter pequenas coisas que atrapalham, como estas. Os atingidos se sentem mal. Fazem questão de participar para serem ouvidos e levar um pouco da realidade do território. O representante da Comissão dos Atingidos de Santa Cruz do Escalvado criticou como o cadastro é feito. Textos grandes, e os atingidos não entendem, não sabem ler ou escrever. Pede que se aplique a multa direto. O coordenador respondeu que, de acordo com o TTAC, tem que notificar antes. Devolutiva de entregar a resposta da lista no ofício em 15 dias, ou antes. Agradeceu a todos, pois muita

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

502 coisa foi respondida e a participação dos atingidos hoje foi muito produtiva. As respostas que a Renova não prestar
503 serão levadas ao CIF. Não se pode agir com atropelo. Falou também dos direitos dos membros votantes e que o fórum
504 da Câmara Técnica deve ser organizado, as discussões devem ser pautadas corretamente, e que a participação dos
505 atingidos tem que existir, e está sendo implementada e assegurada.
506 O Procurador da República informou que tem participado do CIF, e lá não tem essa separação da mesa. Pediu desculpas
507 se causou algum distúrbio e que, na medida do possível, há o interesse de estar presente. Representante da Comissão
508 dos Atingidos de Santa Cruz do Escalvado parabenizou o conduzir da mesa, mas criticou o fato de não poder sentar-se
509 à mesa principal; sentiu-se ofendido, e acredita que essa não seja a melhor forma de conduzir a mesa. O coordenador
510 explicou a questão da distribuição da mesa, salientando que a mesa acomoda os membros da Câmara e aqueles que são
511 convidados a falar, em cada item de pauta, e propôs uma nova formatação da mesa. Agradeceu a todos pela participação,
512 pediu sugestões para melhorar a organização da CT e encerrou a reunião.